perdão dos juros) pelo menos o principal já deveria ter retornado às mãos do governo. Mesmo porque o montante de recursos inicialmente cogitado (e considerado insatisfatório pelo setor) para financiar o atual programa foi de Cr$90 bilhões. A redução pela metade dos recursos a serem aplicados no plano de estocagem do corrente ano explica-se não só pela eliminação (cogitada) da linha de crédito para retenção de matrizes mas, também, pela diminuição da quantidade de carne a ser estocada pelos frigoríficos. Ocorre que, do ponto de vista dos representantes do mercado retalhista, com a saída da Cobal, o suprimento da população com carne congelada mostrou-se deficiente, em virtude do tratamento desigual aos dois principais segmentos desse mercado, açougues e supermercados. Neste sentido, com o apoio de autoridades governamentais, reiteram a necessidade de a Cobal formar um estoque estratégico de 50 mil t, para abastecer o mercado em momentos críticos. Esse retorno da Cobal ao papel de fiel da balança do mercado de carne bovina tomou corpo durante a alta dos preços nos meses de março e abril, quando o governo, na tentativa de refrear o movimento altista, procurou mobilizar os estoques de carne congelada em mãos dos frigoríficos, cujos níveis, em razão da pequena distribuição na entressafra passada, deveriam ser elevados. A tentativa, no entanto, foi frustrada, devido ao desconhecimento do volume real da carne disponível, que, ao final, revelou-se muito abaixo das expectativas e das necessidades governamentais.

Do ponto de vista dos pecuaristas, a interrupção do financiamento de retenção de matrizes, por sua vez, constitui outro elemento controverso do programa, uma vez que não está, pelas razões apontadas, perfeitamente configurada a reversão do ciclo pecuário, que induziria os produtores a preservarem naturalmente as matrizes. Neste caso, a descontinuidade dessa linha de financiamento significaria a eliminação da única medida anticíclica capaz de realmente suavizar a amplitude do ciclo pecuário, cujo pico de preços, em fase de escassez de carne, chega a ser três vezes o vale, em períodos de abundância.

PECUÁRIA DE LEITE

O país está preparado para produzir leite?

O mercado brasileiro do leite, apesar das características saudáveis e praticamente sem contraindicações do produto, tem sido motivo de declarações as mais agitadas, nos últimos tempos, como se a necessidade de seu uso não fosse ainda um consenso da sociedade. Aliás, essas manifestações, embora demonstrem que o produto não constitui ainda um ponto pacífico no país, não deixam entrever os paradoxos que ocorrem no plano econômico, no social e no tecnológico. No primeiro caso, nunca é demais lembrar as maciças importações de leite em pó, realizadas na segunda metade da década de 70, (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 7), por um país que dispõe de grande potencial leiteiro. No plano social, avulta o grande contingente populacional (estimado em 70 milhões de habitantes) que não consomem regularmente o valioso alimento. No plano tecnológico, ao lado de questões meramente éticas, perduram as intermináveis discussões sobre o padrão de qualidade que mais se coaduna com as "condições e necessidades do país", como se o consumidor brasileiro se distinguisse organicamente do das demais nacionalidades. A propósito, nunca é demais lembrar a obviedade de que o padrão qualitativo do leite a ser comercializado internamente deverá ser o mínimo que mantenha a sua integridade e saudabilidade como alimento, considerando o caráter terceiro-mundista do país.

A intensidade das manifestações atingiu o seu auge quando o leite, ou melhor, a sua versão brasileira, esteve na berlinda durante quase todo o mês de março, ocupando grandes espaços nos principais meios de comunicação. O motivo para todo o alarde não foi nenhuma novidade, mas apenas a má qualidade do leite dito pasteurizado que abastece os principais centros urbanos do país. A verdade é que esta questão, embora sendo uma rotina antiga e imutável, tem o condão de voltar à tona dos noticiários de tem-

pos em tempos. Enquanto dura a controvérsia, ocorrem inúmeros pronunciamentos oficiais, fazem-se ameaças de punições, criam-se grupos de trabalho para equacionar a problemática da produção, do beneficiamento e da distribuição do leite no país. Na verdade, como um programa que realmente ataque a estrutura do problema, por exigir recursos volumosos, tem implicações de ordem econômica, o quadro atual do mercado leiteiro deverá continuar o que era antes de toda a celeuma ser levantada.

Se essa é a realidade do ponto de vista estrutural, do ângulo meramente ético da questão, isto é, aquele que se refere à melhora da qualidade do leite distribuído à população, a ser obtida através da punição da fraude e do desleixo na manipulação industrial, grandes avanços podem ser alcançados. Isto porque se a parte depreciadora da qualidade final do produto, originária de má coleta, depende de investimentos de longo prazo no setor primário (educação do produtor, melhoria das condições sanitárias do rebanho e da ordenha), a parcela de responsabilidade industrial depende apenas de uma fiscalização mais rigorosa, uma vez que, tanto em termos de instalações civis como de equipamentos, as unidades industriais laticinistas estabelecidas no país são consideradas satisfatórias. A propósito, cite-se o caso dos EUA, país que somente conseguiu que a incidência de doenças veiculadas pelo leite se reduzisse praticamente a zero, após uma intensa fiscalização na área industrial, no ano de 1950. Anteriormente, o número de casos de intoxicações se situava na casa dos 15 mil/ano, desde a década de 20. O que houve no caso norte-americano foi uma forte pressão da sociedade, no sentido de exigir da indústria algo que ela está apta a produzir: QUALIDADE. No Brasil, segundo especialistas do setor, ocorre o mesmo. Se existem manteiga rançosa e leite aguado e contaminado no mercado, é porque o consumidor não exige qualidade e o governo se omite no exercício de seu papel de fiscalizador.

O que precisa ser destacado, no entanto, é que, no Brasil, o resultado, ou melhor, o rescaldo de toda essa discussão acalorada, que toma de assalto temporariamente os meios de comunicação, é muito pequeno. Talvez pela elevada temperatura dos debates, não afloram as verdadeiras causas do problema e tampouco se verifica se alguns setores tiram vantagens específicas dessa controvérsia eterna e intermitente sobre a qualidade do leite servido à população.

Ocorre que são muitas as partes envolvidas e todas elas, individualmente, fazem a defesa de seus interesses como se fossem entidades estanques e, não, parte de um organismo social. Numa das pontas, encontra-se a produção, em grande parte constituída de pequenos criadores, mal remunerados, descapitalizados e que, por essa razão, nem sempre produzem uma matéria-prima de boa qualidade. O elo seguinte, é a indústria, constituída de empresas nacionais, multinacionais e cooperativas de produtores, que mantêm diferentes linhas de produtos em função da demanda do mercado e dos níveis de lucratividade pré-estabelecidos internamente. Em seguida, surge o comércio, constituído basicamente de supermercados e padarias, interessados na distribuição do leite e de artigos lácteos com o máximo de lucros e o mínimo de custos. Na outra extremidade, está o consumo, composto por três tipos característicos. O primeiro, representado por aproximadamente 70% da população, é um consumidor eventual do produto natural fluido ou reidratado, que lhe chega às mãos na maioria das vezes através de doações públicas ou privadas. O segundo, composto pela classe média, é realmente o segmento consumidor numericamente mais importante dos produtos lácteos. Por fim, a classe abastada, grande consumidora, mas pouco numerosa, dando preferência aos produtos lácteos de primeira qualidade.

O governo, embora não seja um elo característico, tem grande importância para o setor, devido ao grau de influência que exerce sobre todos os elos da cadeia, a saber: 1) na produção, por ser o responsável pelos níveis da oferta interna e pelo fato de administrar os preços do leite especial em todos os elos do mercado; 2) na indústria e na comercialização, não só pela administração parcial dos preços (leite pasteurizado) e dos custos intermediários mas, também, pela responsa-

bilidade quanto à qualidade final dos produtos processados; 3) perante o consumidor, como responsável pela integridade do produto consumido, tanto no que se refere à preservação do valor alimentício intrínseco de cada produto, como à prevenção de ocorrência de casos de intoxicação na população.

Restam ainda dois componentes sociais que, à semelhança do governo, não constituindo um elo característico da cadeia produtor-transformador-comerciante-consumidor, sucintamente descrita acima, têm uma forte participação em todo o processo, a saber: 1) os meios de comunicação e 2) o denunciante da contaminação do leite e dos demais derivados láctos no país. No primeiro caso, a imprensa, dentro de um certo limite e enquanto dura o interesse jornalístico do assunto, constitui um excelente veículo de divulgação dos diferentes pontos de vista das partes envolvidas. Contudo, as poucas análises mais aprofundadas, publicadas eventualmente por esses veículos de comunicação de massa, não elucidam todos os pontos controversos da questão. Por último, aparece o elemento denunciante da má qualidade do leite e seus derivados, quase sempre um técnico ligado a órgãos públicos de pesquisa. O papel que exerce ao trazer à baila periodicamente o resultado de suas análises reflete, principalmente, a preocupação pessoal com os prejuízos que o consumo de leite contaminado causa à população em geral.

Contudo, em função da diversidade de interesses de cada um dos elos da cadeia, o saldo da controvérsia é sempre muito pequeno, tanto no aclaramento real das causas que levam a população a rejeitar o leite tipo Especial, quanto na tomada de decisões oficiais que promovam a regularização qualitativa e quantitativamente do abastecimento do produto nos centros urbanos.

Três perguntas devem ser convenientemente respondidas para aclarar a questão. A primeira delas é: por que só um tipo de leite (o Especial) é tabelado, em nível da produção, industrialização e comercialização? A segunda refere-se à preferência óbvia dos produtores, industriais e comerciantes em trabalharem com produtos não-tabelados. A terceira diz respeito à virtual impunidade dos fraudadores de leite no país. Naturalmente, essas perguntas, mesmo que bem respondidas, não abarcam todas as distorções que prevalecem no setor leiteiro/laticinista, que, aliás, jamais mereceu da parte das autoridades um plano de longo prazo à altura da importância do leite como alimento e que abrangesse todos os elos, da produção ao consumo. No entanto, a resposta a estas perguntas jogará, pelo menos, um facho de luz nas contradições do mercado do leite e derivados, tanto no plano meramente econômico, como no ético.

Ao se tentar responder tais questões, ver-se-á, de saída, que o tabelamento atinge diretamente a produção leiteira, tendo em vista que impede a capitalização dos pequenos produtores (até 100 l/dia) que respondem por mais de 50% da produção de leite do país. Esses pequenos produtores também são prejudicados pela diferença de preço do leite-consumo e do leite-indústria, quando se sabe que a matéria-prima é a mesma que produz o leite pasteurizado e os derivados lácteos. Aliás, nessa diferenciação, há uma evidente contradição, qual seja, a do produtor ser menos pago pelo leite que se destina a produzir derivados lácteos, justamente os mais lucrativos para as indústrias, por não serem tabelados. Para os grandes pecuaristas, a produção do leite B, não tabelado, vem sendo a saída para o aumento da rentabilidade, uma vez que exige investimentos relativamente altos para a melhoria da qualidade do leite produzido. Essa saída, no entanto, concentra-se mais em São Paulo, tendo em vista que, nos estados sulinos, a qualidade elevada do leite Especial constitui um entrave à entrada do leite B, comercializado a preços superiores. No momento, a produção do leite B, segundo os próprios produtores, já vem perdendo a sua atratividade, devido à não-absorção satisfatória do mercado e à constante alta dos custos de produção. Neste sentido, pode-se dizer que a controvérsia sobre a qualidade do leite Especial, que periodicamente toma de assalto os meios de comunicação, vem em prejuízo geral dos pequenos produtores e beneficia localizadamente os grandes produtores, que produzem o leite B.

Quanto à segunda pergunta, a resposta está na própria economia de mercado, cujos partidários no Brasil defendem, de um modo geral, pelo lucro que pode proporcionar, desconhecendo quase sempre os deveres sociais que corolariamente a liberdade de iniciativa envolve. Devido ao caráter parcial da intervenção governamental no setor laticinista, o nível de lucratividade das empresas é ditado pela proporção do faturamento dos produtos tabelados e dos não tabelados. As empresas que têm na venda do leite pasteurizado tipo Especial o maior volume de faturamento, obviamente, apresentam uma menor rentabilidade. Isto ocorre de um modo geral com as cooperativas de produtores de leite e empresas de capital nacional (as empresas de capital estrangeiro trabalham exclusivamente com produtos não tabelados). No primeiro caso, em função da menor rentabilidade dos produtos tabelados, o aumento da lucratividade das empresas só ocorrerá se houver uma depreciação da qualidade do leite tipo Especial servido à população. Apesar de anti-social e catalogada como crime contra a economia popular, essa depreciação, sob diferentes formas (negligência na rapidez e continuidade do resfriamento do produto, batismo com água ou soro de queijo, adição de quimioterápicos para evitar a acidificação, redução do teor de manteiga etc), acontece de forma generalizada no país. Esse processo depreciativo da qualidade e imagem do leite perante o consumidor, porém, não se confina ao elo industrial da cadeia. O setor de distribuição (padarias e supermercados, em sua maioria) contribui também para o processo, ao não refrigerar ou reduzir a refrigeração do produto, sob pretexto de que a margem de comercialização é pequena. Alimentando esse processo, aparece a omissão ou complacência de diversos órgãos, como se as transgressões cometidas por parcela ponderável da indústria laticinista fossem veniais. Uma explicação, ainda que parcial para esse tratamento omisso ou complacente, por parte das autoridades governamentais, estaria na enorme complexidade do setor que, devido à sua precária estrutura, poderia entrar em colapso se medidas realmente saneadoras fossem praticadas. Isto porque aos industriais cabe sempre a alegação de que a deficiência do produto servido à população provém da contaminação em nível do produtor (o que, na realidade, não tem fundamento, porque o industrial pode rejeitar ou destinar a fins não-alimentícios o leite não classificado dentro dos padrões estabelecidos). Na realidade, porém, a explicação mais ponderável para a controvertida e débil atuação governamental residiria na estrutura oligopolizada do setor laticinista, que lhe dá um poder de pressão junto às autoridades federais. A demonstração mais cabal desse maior poder de barganha não se encontra simplesmente na forma amena com que são tratadas as fraudes do leite mas, e principalmente, nas medidas favoráveis ao setor obtidas nos últimos anos, tais como o estabelecimento de quotas, distinção de preços entre leite-consumo e leite-indústria, mudança do leite C para leite Especial etc. . .

Neste contexto, escapam, incólumes, as empresas multinacionais, que, por não trabalharem com produtos tabelados, conseguem preservar uma imagem pública favorável a sua linha de produtos. Em conseqüência, são, de certo modo, beneficiadas toda vez que a qualidade do leite pasteurizado tipo Especial é posta em dúvida publicamente por técnicos ligados a órgãos oficiais de pesquisa, através dos meios de comunicação. De uma forma indireta, a intensificação da propaganda dos produtos lácteos substitutos (leite em pó, leite tipo longa vida e derivados em geral), paralelamente à controvérsia pública sobre a qualidade do leite tabelado, comprova a afirmação.

No entanto, o resultado mais negativo do afloramento episódico do leite nos noticiários, é o encalhe do produto tabelado nas padarias e supermercados, ao deixar de ser consumido por uma parcela ponderável da população, reconhecidamente subnutrida, que não pode comprar produtos substitutos. Acrescente-se, ainda, que esse encalhe exerce um desestímulo ao produtor e dá maior poder de pressão aos industriais que, nessas ocasiões, passam a pleitear a importação de leite em pó, a pretexto de redução da produção. Na realidade,



contudo, para as indústrias em geral é mais lucrativo vender leite em pó (importado da CEE a preço subsidiado) reidratado do que leite *in natura* pasteurizado, produzido internamente.

SUCO CÍTRICO

Impasse no mercado interno, estagnação no mercado externo

As exportações de suco concentrado de laranja que, em 1982, renderam ao país US$ 572 milhões (ver Quadro 1), deverão, segundo estimativas preliminares, manter-se no mesmo nível em 1983, apesar da redução prevista para as importações norte-americanas do produto. Os EUA foram responsáveis pela absorção de aproximadamente 50% das exportações brasileiras em 1982 e deverão, este ano, reduzir suas compras, em função da recuperação ocorrida nos pomares da Flórida, severamente atingidos pelas geadas de 1981 e 1982.

Desse modo, reduzem-se as perspectivas brasileiras de expansão das exportações do concentrado, tendo em vista que o mercado internacional ainda não cresceu o suficiente para absorver todo o suco que o Brasil está apto a exportar. Tanto no que tange à capacidade instalada da indústria, como no que se refere à produção agrícola da matéria-prima, o Brasil tem condições, hoje, de processar cerca de 170 milhões de caixas de laranja, equivalentes a aproximadamente 580 mil t de suco, destinadas quase totalmente à exportação, tendo em vista o reduzido consumo interno do produto, ao redor de 20 mil toneladas por ano.

A inexistência momentânea de espaços, tanto no âmbito interno como no externo, para a produção potencial, faz com que a indústria trabalhe

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Suco Concentrado de Laranja, Valor, Volume e Preço Médio — 1975 a 1983

Ano	Valor (US$ 1.000)	Variação Anual (%)	Volume (t)	Variação Anual (%)	Preço Médio (US$/t)	Variação Anual (%)
1975	82.204	39,0	180.903	66,8	454,40	−16,7
1976	100.900	22,7	209.858	16,0	480,80	5,8
1977	177.026	75,4	213.524	1,7	829,06	72,4
1978	332.642	87,9	335.644	57,2	991,06	19,5
1979	281.414	−15,4	292.200	−12,9	963,08	−2,8
1980	338.652	20,3	401.026	37,2	844,46	−12,3
1981	659.206	94,6	639.143	59,3	1.031,39	22,1
1982	573.387	−13,0	521.217	−18,4	1.101,00	6,7
1983*	245.000	−8,0	222.727	−7,9	1.100,00	–

FONTE: Cacex.

* Acumulado entre janeiro e abril de 1983 — números preliminares, sujeitos à retificação — variação em relação a igual período do ano anterior.